

# Nota sobre linguagem e realidade, práticas e coisas<sup>1</sup>

## *Note on language and reality, practices and things*

**José Crisóstomo de Souza**

Universidade Federal da Bahia – UFBA – Brasil

jose\_crisostomo@uol.com.br

**Resumo:** O texto trata de entender a relação entre linguagem e realidade a partir de uma ótica particular, a que chamo de prático-poiética, a do nosso emaranhamento prático-material, social, produtivo, com o mundo, com práticas e com artefatos. Foca principalmente na crítica do que se pode chamar de uma posição wittgensteiniana (antirreferencialista e tomada aqui como linguocêntrica) a respeito do assunto. Mas também registra, brevemente, algo de uma posição periciana, centrada na noção de mediação, e de uma posição antiessencialista sobre a mente, voltada para a linguagem ordinária. Sempre tendo em vista a superação de uma perspectiva “linguocêntrica” (pós-*virada linguística*) por uma posição materialista prática, da qual fazem parte, como pressupostos, entre outros, as ideias de ação humana como poiesis, de crença como hábito de ação e da noção de uma coisa como constituída essencialmente por seus efeitos sensíveis. O que envolveria ainda um realismo prático e em um perspectivismo material, com consequências para nossos modos de entender linguagem e realidade, mas também, junto com isso, significação, conhecimento, ação, etc. O que inclui, reinterpretados, elementos do pragmatismo tanto quanto do chamado materialismo histórico, a partir dos quais a noção de forma de vida fica associada à de cultura material e à de práticas de produção material-espiritual, envolvida com objetos, objetivações – e linguagem.

**Palavras-chave:** Artefatos. Formas de vida. Práticas. Realidade. Significação.

**Abstract:** *The paper explores the relation between language and reality from a particular point of view, which I call practical-poietic, that of our practical, material, social, productive, entanglement with the world, with practices and artifacts. It focuses mainly and critically on a Wittgensteinian (anti-referentialist, and considered here as linguocentric) position about*

---

1 O presente texto corresponde à minha contribuição com o mesmo título, aqui mais desenvolvida, à produtiva mesa sobre Linguagem e Realidade, do XVII Encontro Internacional sobre Pragmatismo (Centro de Estudos de Pragmatismo, PUC-SP 2017), da qual participaram também os colegas Ivo Ibri, Arthur Araújo e Marcelo Carvalho, a cujas valiosas contribuições o texto se refere. Enquanto polemiza essencialmente com a posição genericamente wittgensteiniana, representada por Marcelo Carvalho, sobre o assunto, e por isso faz par com o texto de debate (“Debate Margutti – Crisóstomo...”) que a ele se segue neste número de *Cognitio*, em que Paulo Margutti Pinto, outro eminente especialista em Wittgenstein, cumpre o papel de desafiar, pelo lado dessa vertente, a argumentação “antilinguística” que minha perspectiva filosófica, poético-pragmática, sustenta.

*the topic, although considering also, very briefly, a Peircean, alternative position, built around the notion of mediation, and an anti-essentialist position about mind, based on ordinary language. That is done with an eye on overcoming “linguocentric” – post linguistic turn – philosophy, in favor of a “practical-materialist” position, of which are part, together with more presuppositions, the idea of human action as poiesis, the idea of belief as a habit of action, and the idea of the notion of a thing as essentially apprehending its sensible effects. Which entails a certain practical realism and a material perspectivism, together with implications for our understanding of language and reality, but also of meaning, action, knowledge, etc. Reflecting both influences of pragmatism and of a certain Marxian inspiration, reinterpreted, it understands forms of life as involving a material culture, as a whole of material-spiritual production that includes people, objects, objectivations – and language.*

**Keywords:** *Artifacts. Life forms. Meaning. Practices. Reality.*

Ofereço aqui um rápido esboço que quer contribuir para o enquadramento do tema *linguagem* e *realidade* sob a ótica de nosso emaranhamento prático-sensível, transformador, produtivo, com o mundo, o que para mim significa tomar ambas as coisas, linguagem e realidade, como práticas e artefatos. É o que proponho com a intenção “anti-idealista” de conceder menos centralidade e autonomia à linguagem do que ela tem tido em boa parte da filosofia contemporânea. E o faço por via de um ponto de vista que destaca o lugar da prática como *poiésis*, dentro de um *cenário social e material* para a própria linguagem. Num mundo em que a conversa da filosofia tem tomado como assunto principal primeiro o *conhecimento* e logo a *linguagem*, acho, ao contrário, que sempre se trata de compreender melhor “como são as coisas” do ponto de vista prático, no sentido de como melhor nos *conduzirmos* no meio delas e *transformá-las* segundo nossos propósitos.<sup>2</sup>

Acho que é disso, da realidade (práticas, relações, pessoas, coisas, mundo), pelo menos como *contexto* e *cenário*, que uma parte da filosofia contemporânea mais recente apesar de tudo tem-se aproximado, ainda que tateantemente, mesmo quando seus assuntos são, não propriamente realidade ou mundo, mas conhecimento e linguagem. Ainda que de um jeito esquemático e desmaterializado, essa filosofia se aproxima da realidade ao tomar como referência a dimensão *prática* e inevitavelmente *social* da significação, da linguagem e das crenças que nela se expressam, acabando por envolver-se com noções como triangulação, interpretação,

---

2 O ponto de vista (ou proposta) a que o texto se refere encontra-se esboçado principalmente em “O Mundo Bem Nosso: Anti-Representacionismo Poiético-Pragmático, Não-Linguístico” (ver CRISÓSTOMO, 2015, p. 335-360), onde seus pressupostos são expressamente apresentados e discutidos. O desenvolvimento desse ponto de vista constitui-se num projeto de pesquisa em andamento, dirigido por Crisóstomo, que anima o GT Poética Pragmática, em proveitosa interlocução com o GT Semiótica e Pragmatismo e mais outros parceiros na comunidade filosófica do País e fora dele. “O Mundo Bem Nosso” resultou num debate com Waldomiro José da Silva Filho (presidente da Sociedade Brasileira de Filosofia Analítica), intitulado *Sobre o que pode ou não pode um ponto de vista prático em filosofia*, 2017, p. 243-258.

tradução, cenários, condutas, práticas e finalmente formas de vida, mesmo que ainda vagamente tomadas. Pelo menos como uma filosofia de *linguistas de campo*, não mais inteiramente de poltrona, o que já é um começo.

É nesse rumo que acho que a filosofia pode e precisa avançar, tomando mais cabalmente “contexto” como um mundo de artefatos e práticas que se misturam, ambas as coisas enquanto, em algum sentido, tão humanas quanto materiais. É esse desenvolvimento que chamo de passagem ao ponto de vista do nosso emaranhamento prático-poético, intencional-sensível, com o mundo, com as coisas tanto quanto com as pessoas, ao tempo em que também com signos e linguagem. Em relação a isso, creio que a filosofia faz melhor quando, evitando uma compartimentação rígida, trata de articular, no interior de uma mesma compreensão, não só linguagem e realidade, em torno da noção de *prática sensível*, mas também, do mesmo modo, conhecimento, normatividade, atividade, criação, valoração, etc. Pois acho que é nesses termos que tais assuntos melhor se esclarecem.

De acordo com o ponto de vista que ofereço, antes de visarmos intelectual e contemplativamente, ou verbalmente, na linguagem, a realidade e as coisas do mundo, nós, de modo não muito diferente do que fazem outros seres vivos animados, *tomamo-las* prática e produtivamente, por uma *apropriação* usuária e sensível. Tomamo-las pelo que chamo de uma *intencionalidade prático-sensível*, que apreende uma coisa com esse ou aquele *significado* em primeiro lugar pelo *uso* que *praticamente* lhe atribui. Isto é, não apenas de saída por uma significação “mental” linguisticamente expressa e reflexivamente assumida, *i.e.* pelo seu *conceito*, formado passivamente a partir de sensações. É antes naquela interface prático-ativa, pelo nosso modo de dirigirmo-nos a ela praticamente, socialmente, que o que chamamos de realidade se nos dá, a linguagem vindo de certa forma apenas “depois” disso. Mais do que isso, é por esse *tomar* prático, no interior de práticas sociais, que começariamos em primeiro lugar a *fazer* as coisas *serem* isso ou aquilo, por tomá-las assim ou assado, para esse ou aquele propósito, através desse ou daquele *uso*, portanto com esse ou aquele *significado*. Assim, não é simplesmente o significado das palavras que nos é dado no seu uso (*à la* Wittgenstein), mas em primeiro lugar o significado, *prático, social, das próprias coisas*. E isso pela intencionalidade prático-sensível a que me referi e por fim por uma atividade transformadora francamente *criadora* das mesmas, que é o que efetivamente constitui o mundo humano de práticas, coisas e relações, constituindo também a nós mesmos. Numa pincelada: Nossa atividade reveladora de mundo e atribuidora de significado não é a linguagem, é a prática – social, sim, histórica, mas sempre também material, sensível, corpórea, encorpada. Melhor dizendo, é nossa atividade de tomar e fazer coisas, de produzir materialmente o mundo humano – poiesis. E é isso que constitui uma forma de vida.

Como entendo, há, nessa posição que ofereço, ao mesmo tempo, uma certa medida de “realismo” e ao mesmo tempo de “relativismo”. As coisas são segundo as tomamos, segundo esse ou aquele propósito, *no interior de certas práticas e relações e formas de vida*. Mas não podemos, por isso, tomar uma coisa como qualquer outra, salvo eventualmente dentro de certos limites, considerados nossos propósitos e o espectro de propriedades práticas (ou efeitos sensíveis) que a coisa exiba, nesse e naquele uso. Desse modo, não se trata aqui de um interpretacionismo ou perspectivismo linguístico ou subjetivo, arbitrário, mas de um interpretacionismo ou perspectivismo prático-sensível, *material*, próprio de um *lidar-com* o mundo, *prático*

e *social*. Um lidar no qual as coisas (em sentido amplo) têm que ser apreendidas na sua materialidade (alteridade) relevante, e o serão no interior de práticas reais, sociais, nas quais entretanto não podemos nos dispensar de “tomá-las direito” – de *getting them right*, como gostaria Hilary Putnam. Ainda assim, tomamos as coisas, e as fazemos serem isso ou aquilo, *na nossa interação intencional com elas*, sem uma base “exterior” às nossas práticas e relações (materiais e linguísticas) com a qual as definíssemos como coisas ou realidade “em si”.

Tal não é, porém, a única conclusão que desse ponto de vista me interessa sugerir. Mas também a de que aquela *apropriação* social-sensível (cognitiva mas também usuária, estética, normativa, transformadora, etc.) pode ser entendida como primeiro grau de um efetivamente *fazê-las*, que dizer, de sua *produção* como isso ou aquilo, para isso ou para aquilo. Pode ser entendida como um primeiro degrau daquele movimento que nos permite não apenas fazer as coisas serem assim ou assado pelo modo como as tomamos, no interior de certas práticas, mas nos permite *fazê-las* mesmo, como as queremos, ponto. Fazê-las do zero, como artefatos, portanto fazê-las ainda mais livre e criativamente, segundo nossa *imaginação* – como encarnação de nossos propósitos e cálculos. Essa produção/criação de coisas (i.e. *poiésis*), de coisas no sentido mais amplo de artefatos materiais-sociais, que inclui também práticas, relações, instituições, palavras, signos, gestos, linguagem, é o que efetivamente constituirá “contexto” e “realidade” – se quisermos, “formas de vida” – como são para nós, em primeiro lugar e de modo mais relevante. Tais como são concebidos de modo heurísticamente relevante, em primeiro lugar para nosso entendimento, seja da prática, seja da linguagem, seja da própria realidade – relevante principalmente, prospectivamente, para o nosso lidar com o mundo. Isso como por ex. para Hegel, ao qual ainda voltaremos, para quem, acertadamente, é fazendo coisas que fazemos o mundo como histórico, fazendo assim também a nós mesmos (por mediação de coisas e de mundo), certamente não como indivíduos abstratos isolados de coisas, pessoas e contexto. Não tampouco como pura intersubjetividade, discursiva.

Sobre isso, entretanto, em vez de seguir imediatamente com Hegel, ou de invocar o Heidegger da *Zubandenheit* (isto é, da manualidade ou usualidade), podemos lembrar em primeiro lugar de Peirce, recordando que para este a *noção* mais apropriada que temos de uma coisa é a de seus efeitos sensíveis, de alcance eminentemente prático. Quer dizer, como quero entender, é a noção do *comportamento sensível* da coisa como exibido na prática de *dirigirmo-nos* a ela e de *lidarmos com* ela. Mais do que simplesmente na pura passividade de, por outra via, intuicionista-sensível, como para o empirismo moderno, cartesiano, em primeiro lugar chegar a representá-la conceitualmente e a nomeá-la verbalmente. Aquela é a conhecida máxima do pragmatismo, que se refere, então, a como as coisas se *comportam* na nossa *interação* com elas, e, vice-versa, como nos *comportamos* em relação a elas, quando, por nossos interesses e nossas práticas (que constituem algo como um sistema aberto), digamos, “tiramo-las para dançar”. A partir do que ainda caberia traduzir essa nossa relação prática em signos e crenças compartilháveis.

Se não me engano Peirce fala de efeitos prático-sensíveis, *tangíveis*, das coisas, a propósito do *significado* não apenas de uma noção, mas da coisa mesma, *para a nossa conduta*. De qualquer modo, creio que algo como a máxima peirciana do pragmatismo, que envolve noções e significados com práticas e coisas sensíveis,

com comportamentos e relações, poderia ser tomada como ponto de partida, certamente nem dogmático nem absoluto, para a construção de uma compreensão mais geral, também prática, não apenas da significação mas da realidade mesma – daquela humana pelo menos, que é a que mais nos interessa. Uma compreensão que justamente entrelaçaria, como queremos, linguagem e realidade, mas também práticas, atividade sensível, conhecimento, coisas, significação e normatividade. Uma compreensão que assim estaria próxima do que me interessa apresentar como um ponto de vista prático-poietico, material, sensível, transformador, junto com social. Mas acho que Peirce, diferentemente de Hegel ou Marx, ou mesmo Heidegger, preferiu não avançar para o que poderíamos denominar de um paradigma da realidade como apropriação e produção, um paradigma da constituição prática, ao mesmo tempo subjetiva, social e material, do mundo, da realidade e de nós mesmos, por nossa atividade sensível ou, no sentido mais amplo, trabalho. Pelo que, para o momento, tal paradigma nos possa esclarecer sobre a relação entre linguagem, práticas, realidade e coisas.

Antes de avançarmos um pouco mais pela via da *produção / transformação* e das *coisas* que farão parte de novas *práticas*, definindo novas *relações*, e assim por diante, mas dando ainda, não obstante, um passo adiante na linha de um não-representacionismo e não-linguocentrismo, creio que, na compreensão que proponho, pode-se entender uma *conduta* como já sendo de certo modo uma *crença*, mesmo que ainda não posta em palavras. Pode-se entender não apenas, com o filósofo escocês Alexander Bain (que Peirce reverencia), que uma crença é um hábito provisoriamente bem-sucedido de conduta em relação a coisas, mas também, ao inverso, entender que tal curso de conduta já é e já expressa ou sinaliza uma *crença* sobre elas. Então, depois do *significado* das coisas por seus efeitos e usos práticos, temos agora crenças como *condutas*, sem que até aqui tenhamos necessariamente que invocar coisas como mente, consciência ou mesmo linguagem, ao modo representacionista tradicional, como vindo *antes* da nossa conduta e mesmo presidindo-a. Por certo, Bain deveria ter associado crenças e condutas não só a hábitos e disposições, mas também, digamos, de modo orientado para o futuro – a *experimentação, criação e inovação*. Isso, entretanto, é o que nós faremos.

Peirce certa vez admitiu que o pragmatismo inteiro era apenas um corolário da sentença de Bain, que vai ver então poderia ser tomada como a verdadeira máxima do pragmatismo. Em todo caso, com já sugeri, a partir da máxima de Peirce ou da de Bain, por suas referências a crenças, condutas e efeitos sensíveis, nossos e das coisas em interação conosco, pode-se chegar bem além das consequências que dela os dois, tanto quanto eu saiba, quiseram explorar. Pode-se chegar ao lugar, digamos, *constituente*, dos efeitos, recíprocos, entre coisas e práticas, produzidas e produtivas, não só linguísticas, em nossas condutas e modo de ser. Tanto quanto se pode chegar ao lugar central da nossa *atividade de produzi-las e tomá-las*, em associação uns com os outros e com elas, como parte relevante de contexto ou cenário, em que estamos na verdade mais propriamente *imersos*, onde linguagem, realidade e conhecimento, também significação, constituem-se e conseqüentemente se explicam, holisticamente.

Digamos então que no *começo* está, não o verbo, a linguagem, nem os sentidos e suas intuições, mas, como para o *Fausto* de Goethe, o ato: primeiro o ato. E, logo, acrescentamos, o *artefato* – e o mundo material humano artefactual.

Mundo esse, agora, como *práticas* e *coisas*, como *forma de vida* (que práticas e coisas compõem), reunindo artefatos, relações, linguagem, cultura material, meio, etc. Aí nossa primeira e principal *prática* ou *atividade* parece ser mesmo, a de criar e pôr coisas no mundo, de comida a cidades, de bordunas a estações espaciais, de filosofias a instituições, de práticas a vocabulários e descrições. No começo estaria a prática geral de pôr no mundo a infinidade de coisas que antes não havia nele e, portanto, de um jeito ou de outro, a prática de significar, de criar e de incorporar a novos usos e condutas tudo quanto é posto, compondo um verdadeiro *sistema e processo de práticas, relações e coisas*. Dessa atividade prática e desse *todo* prático dinâmico é que a linguagem faz parte, como mais um tipo de artefato e mais uma prática ou elemento de práticas. E que nós próprios, com nossa subjetividade assim engendrada, também fazemos.

Nossa *práxis* parece ser então, sempre, no fim de contas, em primeiro lugar, malgrado o preconceito grego, *poiesis*, incluídas aí nossas práticas de autocriação. Toda *práxis*, todo agir, envolveria na verdade também um *fazer*, um introduzir ou um repor coisas no mundo, e um fazer que é igualmente um *fazer-se*, ou fazermo-nos. O próprio mundo é *práxis/poiesis*, sempre práticas sociais e sensíveis, que são parte de nossa vida sensível e geral. Também a atividade de *fazer* política, filosofia ou poesia, a de *criar* um partido político, uma instituição, uma sinfonia, uma dança, um livro, um novo penteado, um caminho, um gesto, um estilo de vestir, um congresso de filosofia ou uma comunicação nele. Tanto quanto a atividade de criar/produzir quaisquer outros novos objetos, utensílios, instrumentos, aos quais, aliás, sempre se soma, para os humanos, uma dimensão simbólica. Excedemos nisso, todos nós (também você que me está lendo), e isso seria a *realidade* e seríamos nós, nossas coisas e nossas práticas, *entre elas a linguagem*. A realidade é atividade sensível e nós próprios somos corpo e atividade sensíveis, como também entende Marx (*vide Teses ad Feuerbach*). No nosso caso, acrescidos do que os filósofos alemães da atividade chamavam, em termos idealistas, de *autoconsciência*, que implica em intencionalidade, autoatividade, liberdade. Uma noção passível de uma tradução não idealista, não mentalista, embora sobre isso não nos possamos estender aqui.

Assim, recapitulando, a ideia é que “no começo” estão as práticas, estão os seres humanos e sua atividade, e estão eles como organismos animados, intencionais, sociais, dentro da natureza e envolvidos com o que são seus *recursos* imediatos. Seres humanos com uma dada *constituição corpórea*, dirigindo-se prático-intencionalmente às coisas, segundo seus interesse e propósitos (forças, também), tomando-as e assim *interpretando-as*. Impondo-lhes uma *significação*, por lhes imporem um *uso* e, logo em seguida, por *fazê-las* inteiramente, em benefício de suas necessidades e gostos, de seus afazeres e práticas, que por aí incessantemente se desdobram. Nesse quadro, quando chega a hora de falar de criação e artefatos, Nietzsche, por exemplo, trata apenas dos linguísticos, por ele tomados essencialmente como *metáforas* livres. Mas o certo é que, também para ele (*vide Verdade e mentira no sentido extra moral*), a linguagem é que é devedora (*sic*) de nosso modo sensível, material, de tomar as coisas, e de nossas práticas e forma de vida. Devedora, por essa via (de nossa atividade) de um prático *recortar* a realidade assim ou assado – e não o contrário.

Para além de uma filosofia apenas da linguagem, linguocêntrica, reduzida a filosofia da linguagem, de procedência quer mais analítica quer mais hermenêutica,

proponho uma que dê atenção mais efetiva a práticas enquanto sensíveis, articuladas a coisas (como parte delas) e ao mundo, daí a contexto e formas de vida, a formações socioculturais, a cultura enquanto também material sensível. Coisas e mesmo práticas até aqui apenas vaga e etereamente insinuadas pela filosofia da linguagem, sem que entretanto jamais se ocupe de dizer o que seja de concreto sobre elas a favor do entendimento da relação mente-linguagem-práticas-realidade-coisas, muito menos a favor de expectativas humanas mais sentidas e do nosso necessário fazer no mundo. Essa, porém, é a realidade – ou cenário ou contexto – em que estamos imersos, em que a noção de linguagem como prática mostra seu verdadeiro sentido. Sem esse lastro, a filosofia da linguagem mesma perde-se, por uma mistura de ascetismo e idealismo, de acosmismo (!), na polarização entre realismo dogmático e naturalismo reducionista, de um lado, e, de outro, interpretacionismo linguístico, no fim de contas cético-agnóstico, relativista, não efetivamente prático nem transformador.

\*

Passando agora diretamente à discussão da referida mesa (*vide* n. 1), entendo que o texto de Arthur Araújo relata seu afastamento da filosofia – “cartesiana” – da mente, pela rejeição a seus traços dualistas, desnecessariamente “ontologizados”, como constatado numa segunda olhada.<sup>3</sup> Trata-se, então, de afastar-se de problemáticos compromissos essencialistas e interioristas, da explicação da *mente* como *coisa* ou *entidade*, definida como oposta ao corpo, difícil, nesses termos, de encontrar ou explicar. Arthur desenvolve tal afastamento apoiado em contribuições, *dissipadoras* de dificuldades (modernas), contribuições pragmatizantes, voltadas a prática, uso e conduta, de filósofos como, entre outros, Peirce, James e Wittgenstein (o segundo), mas também dos analíticos Frege, Ryle e Austin. Arthur Araújo faz isso principalmente, tanto quanto entendo, pela convocação da linguagem ordinária, de uma noção de seus significados enquanto práticos. Por uma concepção de mente principalmente como conduta, agora de um modo que “*não rompe a continuidade do mundo*”.<sup>4</sup> Instaurando assim, segundo me parece, uma precedência do *exterior* social, sensível, do prático comportamental, não de um social apenas linguístico, discursivo.

“Mente” e “mental” denotam agora algo plural, vários, não substancializado, e o vocabulário que gira em torno de tais expressões é apenas uso de linguagem, parte

---

3 A partir daqui me manifesto sobre as outras três contribuições, além desta, minha, à referida mesa (*vide* nota 1) sobre “Linguagem e Realidade”, no 17º EIP do CEP, as duas primeiras das quais (as de Arthur Araújo e Ivo Ibri, respectivamente) vejo como muito interessantes para o assunto, e talvez mesmo, em certa medida, um tanto convergentes com o que proponho, pelo lado de um aparente distanciamento do mentalismo e do representacionismo modernos, ditos cartesianos, e do que chamo de um ponto de vista linguocêntrico, que marcaria a virada linguística ou boa parte dela. Mas isso é ainda apenas uma impressão, que não tenho como confirmar inteiramente aqui. Detenho-me bem mais extensa e polemicamente na contribuição de Marcelo Carvalho, que é o assunto central do presente texto e que confronto a partir do já referido ponto de vista materialista prático, ou poético-pragmático,

4 O título da contribuição de Arthur Araújo é *A lacuna explicativa: a desconstrução pragmática de um mito*, e publicada em *Cognitio: revista de filosofia*, v. 19, n. 1, p. 13-34, 2018, onde pode ser conferida pelo leitor.

de certas condutas, de um agir no mundo. Os dois termos devem ser apenas signos que adquirem sentido *nas* e *para* nossas práticas e condutas no mundo. Conceitos como esses (*mente* e *mental*) constituem e são constituídos nessas práticas e para elas, tal como outros artefatos humanos. São usos, cálculos, significações, de algum modo também realista e socialmente fundados, controlados ou regrados. Nesse quadro, imagino que “mente” poderia ainda envolver, inseparavelmente, o humano *objetivado* em práticas e coisas, indistintamente mentais e materiais. De forma que a “despsicologização” da mente não equivaleria apenas a passar à linguagem e ao social intersubjetivo, mas a passar à conduta humana (sensível), ao mundo humano (*idem*), a objetivações da “mente” que igualmente compõem tal mundo, sem as quais a vida mental humana não seria possível. Isso como visto em sugestões nossas (apresentadas mais acima), mas sugestões também propostas, de modo assemelhado, por ex., pelo *enativismo*, sobre o papel de *interações* com meio e com coisas (interações não apenas informacionais mas igualmente transformacionais) para a constituição e funcionamento nossos e do nosso mental.

Creio que a contribuição seguinte (à mesma mesa), de Ivo Ibri, por seu lado, apelando a Peirce,<sup>5</sup> contempla de forma mais explícita um pragmatismo (ou pragmaticismo, em se tratando de Peirce) mais atento à “alteridade real” (o que chamo de o material-sensível, não-linguístico). Uma posição que poderia envolver um certo realismo prático, não dogmático nem ingênuo, nem necessariamente ontológico, em contraste com o que vemos no pragmatismo linguístico (ou linguocêntrico) wittgensteiniano, que faz parte da chamada virada linguística. Uma virada, esta, a linguística, que na nossa opinião traz ganhos mas também peculiares limitações para uma abordagem mais concreta de significação, prática, mente, mundo, realidade e linguagem, e suas relações. Como entendo, a contribuição peirciana de Ivo Ibri é um bom contrapeso às referidas limitações, por sua interessante reflexão centrada na articulação de *mediação* e *representação* (ambas em sentido ibriano-peirciano), interpretadas aqui por mim um tanto livremente. Uma reflexão que Ivo resolve desenvolver em oposição sobretudo ao antirrepresentacionismo, anticorrespondentista, também nominalista, de Richard Rorty, que recusa a noção de representação como imagem mental, especular, do que seria a *essência* da coisa como realidade *em si*.

Entendo que Ivo tem boas razões para ver no antirrepresentacionismo linguístico rortiano, *no final das contas*, um problemático e desnecessário relativismo, antirrealista, embora relativismo seja o que muita gente imputa ou imputou também ao próprio pragmatismo não linguístico inteiro, mesmo o clássico,

---

5 O título da contribuição de Ivo Ibri é “Apontamentos sobre Realidade e Linguagem em Peirce”, originalmente a segunda parte de seu *Choices, Dogmatism and Bets – Justifying Peirce’s Realism* (2012, p. 51-61), que sugiro seja conferido pelo leitor. Ivo Ibri invoca aí as noções peircianas de mediação e representação, em oposição a pontos de vista filosóficos nominalistas, que se envolveriam necessariamente com posturas dogmáticas e não dialógicas. O que me parece sugerir uma possível convergência da contribuição de Ivo com o lado antirrelativista, antidogmático, que pretendo para o ponto de vista poético-pragmático, não linguístico, que venho desenvolvendo (*vide* nota 2), uma convergência que, entretanto, eu não teria como explorar e confirmar mais efetivamente aqui.



de Peirce, James, Ferdinand Schiller e Dewey.<sup>6</sup> Mas talvez pudéssemos também ver no antirrepresentacionismo anticorrespondentista de Rorty, *no começo das contas*, apenas a clássica sugestão pragmatista de que nossas crenças são em primeiro lugar hábitos de ação e de que nossas noções (representações), bem entendidas, têm alcance em primeiro lugar prático e prospectivo, e devem dar conta dos efeitos (sensíveis) das coisas na nossa interação prática com elas. Ambas, noção e crença, teriam como conteúdo ou significado essencialmente consequências práticas, condutas, apropriadas, mais do que se constituiriam em imagens mentais das coisas, da realidade – inteira ou de pedacinhos dela – como seria “em si”. Quer dizer que noções e crenças constituiriam em primeiro lugar “mediações” (ou seriam partes dessas) – mediações aptas, virtuosas, se puderem garantir previsões acertadas e resultados seguros para os cálculos e ações humanos. O que só ocorreria, segundo Ivo, se elas, as mediações (que sugerem ou sustentam ações e condutas), combinarem-se com “representações” (não necessariamente como imagens especulares, como me parece) *bem constituídas* – no trato e reconhecimento efetivos das coisas em sua incontornável *alteridade*. Aquilo que, como já disse, chamo, na minha perspectiva poético-pragmática, de seu caráter sensível ou material, de sua materialidade.

Aquele resultado virtuoso (previsões acertadas, resultados seguros), então, só ocorreria se suas mediações se completam com representações constituídas ao modo experimentalista, verificacionista, científico. Ou então, creio eu, também ao modo cotidiano, menos sistemático mas de todo modo investigativo e sensível (de alguma maneira, experimentalista), que se aproxime daquele. Tudo isso envolvendo, conforme entendo, o ponto de vista do agente, e não o do simples observador, contemplativo, intelectualista, passivo, separado do mundo. Ao final, parece-me que, representação por representação, também o redescritivo Rorty não se importaria em admitir, para noções e proposições simples, se verdadeiras, um caráter de “correspondência” com o objeto, o fato ou a alteridade de que tratam. É naquilo que envolve a escolha entre vocabulários ou paradigmas concorrentes inteiros (como, exemplo de Rorty, catolicismo *vs* protestantismo), isto é, vocabulários compreensivos, interpretativos, gerais, abrangentes, que Rorty acha que a pretensão, da parte deles, a uma representação correspondentista da realidade não cabe muito bem. Preferindo Rorty então apelar – em vez de a correspondência – apenas a consequências práticas e justificação social. Mesmo assim, sem apelar ao relativismo de qualquer incomensurabilidade entre aqueles, coisa que Rorty, que não se acha relativista, repudia expressamente (*vide*, por ex., seus debates com Habermas).<sup>7</sup>

Não estamos aqui, porém, para destrinchar ou disputer Rorty e seu neo-pragmatismo (ou pragmatismo wittgensteinianizado, pós-virada linguística). Mas para dar boas-vindas ao uso realista (não dogmático) que Ivo Ibrí faz, na sua contribuição (à referida mesa), de uma engenhosa articulação peirciana das noções de mediação, representação e alteridade, uma articulação cobrada, me parece, do ponto de vista da prática, de uma operacionalidade. De forma a compor um realismo prático, oposto – no campo do conhecimento, da ação e até no da moral – ao subjetivismo e ao nominalismo, em última análise, assim, para Ivo, ao arbítrio e ao capricho. Como entendo, é uma posição que daria (como gostaríamos) menos

---

6 V.g. STEBBING, 2011.

7 Ver os debates entre Rorty e Habermas em SOUZA, 2005.

autonomia à linguagem, e que, entre outras coisas, assume a *significação* como um atributo dado também *nas coisas*, nos seus efeitos sensíveis, no seu uso prático. Uma posição que assume a significação como constituída na – em correlação com a – nossa *interação* (intencional) com as coisas em sua alteridade, na conduta delas e na nossa conduta (social) em relação a elas, uma em ajuste com a outra. Uma concepção, portanto, em relação a coisas, realista, uma ideia realista-prática de significação e conhecimento, que assume as propriedades ou efeitos sensíveis que a coisa apresenta quando experimentalmente provocada ou experiencialmente apreendida. É esse significado – prático, não subjetivista, não arbitrário – que o signo guardaria e que a linguagem articularia. A partir, portanto, de uma atividade nossa, que implica em *getting things right*, em tomar as coisas por suas propriedades reais, por uma consideração em primeiro lugar produtiva/prospectiva, de antecipação e controle dos resultados futuros de nossas ações no mundo.

Aparentemente Ivo entende que tal posição realista (e essa seria, para ele, uma de suas grandes virtudes) é uma negação do *interesse*, enquanto Ivo associa a esta última noção os pecados de subjetivismo, arbítrio, capricho. Mas me pergunto se interesse, *inter-esse*, *estar no meio*, não é algo sugerido pela sua própria ideia de *mediação*. E se, também para Ivo (como para os peircianos Habermas e Apel), interesses, tanto quanto propósitos, podem compreender também interesses humanos, sociais, compartilhados e solidários – digamos, gerais. Isto é, podem pertencer tanto ao “evangelho da ganância” quanto ao “do amor”, aos quais se refere Peirce, e até mesmo no limite podem orientar-se por um *Telos* supremo, incondicionalmente admirável, e desse modo ser integrados a uma visão pragmatista realista, de inspiração peirciana, de nossa relação com o mundo. Uma visão nem positivista dogmática, de um lado, nem linguística e nominalista, de outro, mas, como me parece, tampouco reiteradora de um realismo pré-pragmatista. Ao final, talvez, também a posição de Peirce sobre nossas crenças recusaria o realismo tradicional, correspondentista, especular, e envolveria o estabelecimento da *verdade* não apenas no diálogo prático com as coisas com vistas ao lidar com elas, mas também no diálogo e na justificação intersubjetiva, de uma comunidade ilimitada de investigação, entre os que buscam e disputam a verdade sobre o que seja, com vistas à produção de consensos e convergências. Conhecimento também de previsões e manipulações, acertadas, das coisas.

Já a contribuição de Marcelo Carvalho, finalmente, toma de frente e em termos gerais o problema da relação entre *linguagem e realidade* de uma perspectiva – wittgensteiniana – que não quer ter absolutamente nada a ver com realismo, ainda que fosse prático ou pragmático. Sua contribuição o faz investindo centralmente contra qualquer entendimento de significação como referência (em termos mentalistas), e contra qualquer associação entre linguagem e ontologia (deduzida da linguagem).<sup>8</sup> Nisso tudo Marcelo busca assumir, tal como eu, uma posição não

8 O título da contribuição de Marcelo Silva de Carvalho, apresentada em inglês, na mesa já mencionada (19º EIP, *vide* nota 2), foi “Wittgenstein, Reference and Pragmatism”. Não temos conhecimento de sua publicação, mas, no debate sobre o presente texto, entre Paulo Margutti Pinto, especialista em Wittgenstein, e Crisóstomo (*vide* “Margutti & Crisóstomo sobre o Nota sobre Linguagem e Realidade, Práticas e Coisas”), assumimos que os questionamentos wittgensteinianos de Margutti ao argumento “antilinguocêntrico”

representacionista, não correspondentista, não mentalista (digamos, não cartesiana), que, para entender linguagem e significação, prefere invocar pragmatistamente, como decisivas e centrais, as noções de uso, de práticas e de formas de vida. O problema é que, com seu programa terapêutico de “esvaziar” linguagem e significação de todo envolvimento com referência, e de todo compromisso com ontologia e metafísica, Marcelo, me parece, arrisca esvaziar seu entendimento de toda consideração das coisas, do sensível mais efetivamente humano, que para mim caracterizariam justamente o “*solo áspero* (rough)” – finalmente, no seu texto, uma bem-vinda descrição sensível! – de nossa prática vida comum, a que Marcelo se refere.

A esse respeito, de um lado, não imagino que a compreensão prática que nós dois defendemos precise excluir inteiramente do campo da filosofia o vocabulário de representação e referência. E, de outro, não concebo que a linguagem ordinária, que creio ambos levamos a sério, aquela do campo da vida prática, tampouco passe ou deva passar inteiramente sem o recurso ao vocabulário da referência, a propósito de significação e conhecimento. Se meu vizinho me diz p. ex. que vai adotar um mimoso musaranho como pet, eu imediatamente perguntaria, descrente e por razões muito práticas, se ele sabe mesmo, na prática, por sua conduta ou efeitos sensíveis, a que bicho está *se referindo* com esse nome. De outra parte, e de maneira semelhante, não concebo que filósofos possam falar *pragmaticamente* de linguagem (como Wittgenstein e Marcelo fazem) mas não possam falar da mesma maneira de realidade, ou que só consigam fazer isto como “ontologia” no sentido teoricamente ambicioso do termo, v.g. de encontrar, como Marcelo diz e tem em vista excluir, “*a estrutura secreta do mundo que a linguagem retrata* (depicts!).” (Aliás, não creio que as próprias posições de Wittgenstein, terapêuticas e quietistas, estejam totalmente isentas de uma determinada compreensão, senão da realidade, de nossa situação humana geral). Nem, de novo, entendo que na linguagem ordinária e na vida comum escapemos ou devamos escapar de alegações sobre o que é ou não é na realidade, sobre como são ou não são “realmente” as coisas, para propósitos de orientação e ação. De outro lado, a conversa, a que Marcelo alude, sobre a *inexistência* ou não do que mobiliza minhas “intuições sensíveis” – do que tomo contato pelos sentidos na prática de lidar com o mundo – é que me parece coisa nada prática, coisa estritamente “de filósofo” (no mau sentido), coisa de roda que não roda coisa alguma na vida real.

Com relação a essa visão inteira (a dele, digo), o que me ocorre propor a Marcelo é que, em tratando de práticas e formas de vida, experimente incluir aí objetos, em termos práticos comparáveis àqueles com que incluí palavras, já que ambos palavras e coisas são inseparáveis de nossas práticas, e nossas práticas delas. Coisas como igualmente sendo/significando o uso que fazemos delas, como artefatos de que nos valem no nosso trânsito pelo mundo (humano), ele próprio uma forma de vida, um agregado de práticas, das quais coisas, manuseio (significante) e linguagem fazem parte. Não é por acaso que o desenvolvimento de nossas competências linguísticas coincide em boa medida, em nossa espécie,

---

de Crisóstomo representam em grande medida o ponto de vista wittgensteiniano de Marcelo de Carvalho a respeito do tema. De qualquer modo, no presente texto, para garantia do leitor, tratei de citar as posições de Marcelo com as quais discuto.

com o desenvolvimento de nossas competências fazedoras/usadoras de coisas. O fato é que, se uma arqueóloga descobre os rastros de uma civilização perdida, com ou sem escrita, ela poderá ter uma boa ideia de como viviam e pensavam seus integrantes, *i.e.*, uma ideia de sua forma de vida, apenas por recuperar um número e uma variedade suficiente de elementos (significativos) de sua cultura material – utensílios, ornamentos, ferramentas, construções, sepulturas, e mais quaisquer traços materiais do que usavam em vida. Portanto, formas de vida e, logo, usos de linguagem implicam em um envolvimento particular com coisas materiais, pelo que elas “são” (ao que se prestam), e com o mundo enquanto efetivamente prático, material, a um só tempo humano e sensível.

O mesmo valeria para uma casa vazia de pessoas, mas não de coisas, ou para o lixo de uma residência – com relação à vida, às práticas, usos e compreensões de seus moradores. Há algumas décadas, a inteira *forma de vida* americana, o *American way of life*, era “definida” (em seu sentido, valores, etc.) por um objeto ou artefato particular, o automóvel. Por outro lado, os objetos também têm seu significado esclarecido, sua própria razão de existirem e de serem produzidos, não enquanto tomados em si e isoladamente, mas pelo seu uso e lugar numa complexa forma de vida. Me parece sugestivo que Wittgenstein tenha escolhido, no seu mais conhecido exemplo de um jogo de linguagem, uma cena de trabalhadores manuais, produtores, construtores, lidando coletiva e manualmente com objetos materiais, tijolos. Mesmo sem que ele atinasse para a correlação de seus usos de linguagem com seus manuseios de objetos – com sua atividade, digamos, material. O significado prático das coisas, num certo contexto de ação, também faz parte da ação que seus usos de linguagem igualmente integram. E as regras que os “presidem” (que presidem à prática e ao seu uso de linguagem) incluem a de, na prática, *getting things right*. Imagine-se que práticas seriam essas se jogos de linguagem e condutas estivessem ajustados entre si, mas o uso das coisas e as próprias coisas aí estivessem trocados. Não me parece ser possível nem chegar perto de uma boa descrição de uma forma de vida sem nos referirmos ao que se pode chamar de seu metabolismo material, seus usos e sua produção de objetos, não apenas de linguagem. Como pintou – embora muito esquemática e reducionista – um outro filósofo judeu de língua alemã, Karl Marx, que também emigrou depois para a Inglaterra: uma forma de vida, um modo de vida (*Lebensweise*), é, em sentido muito amplo, para efeitos de uma boa e prática descrição, um modo de *produção* (*Produktionsweise*) material-espiritual. E vice-versa.

## Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Arthur. A lacuna explicativa: a desconstrução pragmática de um mito. *Cognitio: revista de filosofia*, v. 19, n. 1, jan./jun., p. 13-34, 2018.
- IBRI, Ivo A. Choices, dogmatism and bets – justifying Peirce’s realism. *Veritas*, v. 57, n. 2, maio/ago., p. 51-61, 2012.
- SILVA FILHO, Waldomiro J.; SOUZA, José C. de. Sobre o que pode ou não pode um ponto de vista prático em filosofia. *Cognitio: revista de filosofia*, v. 18, n. 2, jul./dez., p. 243-258, 2017.

SOUZA, José Crisóstomo de (Org.). *Filosofia, Racionalidade, Democracia: Os debates Rorty & Habermas*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

SOUZA, José Crisóstomo de. O mundo bem nosso: anti-representacionismo peiético-pragmático, não-linguístico. *Cognitio: revista de filosofia*, v. 15, n. 2, jul./dez., p. 335-360, 2015.

STEBBING, Susan. *Pragmatism and French voluntarism*. Breinigsville: Nabu Public Domain Reprints. 2011.

Recebido em: 28-11-2018

Aprovado em: 22-01-2019